

DESAFIOS DO ENSINO REMOTO: O QUE PENSAM OS ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA MATO-GROSSENSE

CHALLENGES OF REMOTE EDUCATION: WHAT STUDENTS IN A PUBLIC SCHOOL IN MATO-GROSSENSE THINK

Mônica Strege Médici 1
Gleyton de Moura Ferreira Silva 2

Resumo: Diante do evento pandêmico ocasionado pelo novo coronavírus foi necessário reorganizar a sociedade no sentido de amenizar os impactos causados a ela. Devido a recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em manter o distanciamento social, as escolas do mundo inteiro foram diretamente afetadas, portanto precisaram buscar meios de se reorganizar para dar continuidade ao ano letivo. O presente estudo busca investigar os estudantes, de uma escola pública do estado de Mato Grosso, quanto aos desafios impostos diante da oferta de ensino de forma remota. Participaram da pesquisa 182 estudantes, e a pesquisa foi realizada em agosto de 2020. Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa por meio de um formulário eletrônico, com perguntas fechadas, a fim de coletar informações dos estudantes. Em seguida foi realizada a articulação dos dados da pesquisa com o referencial teórico. O trabalho nos permite concluir que os estudantes participantes da pesquisa se mostram em parte otimistas com as inovações, todavia temos um grande número de estudantes que sequer participaram da pesquisa por não ter acesso aos recursos necessários, isso pede atenção por parte da sociedade no sentido de propiciar acesso à educação pública de qualidade a todos.

Palavras-Chave: Desigualdades na Educação. Ensino Remoto. Tecnologias.

Abstract: Faced with the pandemic event caused by the new coronavirus, it was necessary to reorganize society in order to mitigate the impacts caused to it. Due to recommendations from the World Health Organization (WHO) to maintain social distancing, schools around the world were directly affected, so they had to look for ways to reorganize themselves to continue the school year. The present study seeks to investigate students, from a public school in the state of Mato Grosso, regarding the challenges imposed on the provision of remote teaching. 182 students participated in the survey, and the survey was carried out in August 2020. For data collection, a survey was carried out using an electronic form, with closed questions, in order to collect information from students. Next, the articulation of the research data with the theoretical framework was carried out. The work allows us to conclude that the students participating in the research are partly optimistic about the innovations, however we have a large number of students who did not even participate in the research because they did not have access to the necessary resources, this calls for attention from society in the sense of provide access to quality public education for all.

Keywords: Inequalities in Education. Remote Learning. Technologies.

- 1 Mestra em educação UFT. Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharel em Ecologia (Centro Universitário de Várzea Grande). Especialização em Ensino de Biologia (Universidade Candido Mendes). Professora efetiva na Escola Estadual Professora Maria Esther Peres (SEDUC/MT), onde ministra as disciplinas de ciências e biologia para o Ensino Fundamental e Médio. Membro do Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências e Matemática no Baixo Araguaia (EnCiMa). Bolsista Demanda Social/CAPES. E-mail: stregemonica@gmail.com.
- 2 Mestre em Educação – PPGE/UFT; Especialista em Saúde Pública - FACETEG/UPE; Especialista em Gestão Ambiental - UGF; Licenciado em Ciências Biológicas - FABEJA; com conhecimento teórico e prático na área de Recurso Educacional Aberto. Atualmente é professor da educação básica, Guaraí, Tocantins, Brasil. ORCID: 0000-0002-5621-5137. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4259591257208988>. Bolsista Demanda Social/CAPES. E-mail: gleyton.ferreira@uft.edu.br.

Introdução

Devido à descoberta de um vírus em Wuhan na China, em dezembro de 2019, e que se alastrou pelo mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS), constatou que a disseminação do vírus se dava de forma comunitária em todos os continentes, portanto declarou que se tratava de uma pandemia, e em seguida fez três recomendações: isolamento e tratamento dos casos, testes massivos e distanciamento social.

Diante do alto grau de disseminação da doença, a sociedade precisou reorganizar-se, a fim de conviver com a existência do vírus e conter sua propagação, e para isso precisou seguir recomendações de distanciamento social. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 85 países fecharam parcial ou totalmente as atividades presenciais nas escolas para tentar conter a propagação da Covid-19, impactando assim mais de 776,7 milhões de crianças e jovens estudantes no mundo, razão pela qual a organização optou por apoiar o ensino a distância (UNESCO, 2020).

No Brasil, a pandemia avançou por todo o território nacional, o que comprometeu qualquer possibilidade de retorno às aulas de forma presencial. Em março de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público manifestar a necessidade de reorganizar o sistema de ensino na educação básica, através da flexibilização dos 200 dias letivos, frente à obrigatoriedade das 800 horas.

Saviani e Galvão (2021) destacam que diante da falta de organização do Ministério da Educação (MEC) não houve centralização das ações voltadas à educação, e ausência de um plano estratégico emergencial. Nesse sentido, Galo e Mattioli (2020) destacam que a pandemia passou a ser pauta constante das agendas estaduais, municipais e de órgãos internacionais.

Um levantamento realizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação UNDIME (2021) apontou que 5.568 municípios brasileiros suspenderam as aulas presenciais em todas as escolas existentes nas 27 Unidades Federativas. Vieira e Ricci (2020) ressaltam que os Estados se organizaram de forma diversa por meio de decretos e outros instrumentos legais e normativos, com ações voltadas para o enfrentamento emergencial de saúde pública.

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 343, manifestou-se sobre a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto emergencial (ERE) por tempo indeterminado. Também foram emitidos pareceres orientativos para efetuar a reorganização do calendário escolar, medida fundamental para que as escolas tivessem a possibilidade de propor a continuidade do ano letivo, visando garantir a segurança de toda a comunidade escolar. O ensino remoto emergencial desafia educadores de todo país e o desafio não consiste apenas em ofertar todas modalidades de ensino de forma remota, mas também garantir o acesso a todos, ou seja, dar sequência ao ano letivo sem excluir ninguém, como afirma (SILVA, SANTOS e ROCHA, 2021).

No entanto, de acordo com Saviani e Galvão (2021), esse discurso é falacioso, pois “empurrou” para um suposto “beco sem saída” as comunidades escolares que se viram sem alternativas para ofertar ensino de qualidade a todos, mesmo sendo um direito constitucional, como preconiza a Constituição Federal em seu Art. 5º, “A educação é um direito universal, sendo dever do Estado e da família garantir que todos tenham acesso” (BRASIL, 1988).

Para Rosa (2020), devido à pandemia, a educação precisou se reinventar e deixar para trás práticas consagradas há mais de um século, diante da necessidade de recorrer a outras possibilidades de ensinar e aprender. No estado de Mato Grosso, inicialmente houve a oferta de materiais didáticos por meio da plataforma “Aprendizagem Conectada”. A plataforma disponibilizou aos estudantes acesso ao conteúdo, e aqueles sem acesso à internet retiravam o material impresso nas unidades escolares (MÉDICI, TATTO e LEÃO, 2020).

No mês de agosto as escolas estaduais de Mato Grosso passaram a ofertar o ensino de forma remota, por meio da plataforma Microsoft Teams de forma online, com atividades síncronas e os estudantes que possuíam acesso à internet passaram a acessar as aulas com o uso de notebooks, tablets e smartphones, e os que não tiveram acesso à internet foram atendidos de forma assíncrona por meio de material apostilado, o que evidencia que nem todos tiveram as mesmas condições de acesso. Sousa Santos (2020) destaca que a pandemia não atingiu a todos de forma igualitária.

Este estudo tem por objetivo fazer um levantamento sobre os desafios e possibilidades, de

acordo com a perspectiva dos estudantes de uma escola pública do estado de Mato Grosso, diante dos impactos da pandemia frente a qualidade do ensino público.

O desafio do ensino Remoto no Brasil

Sousa Santos (2020) destaca que a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise já vivenciada pela população mundial. O coronavírus expôs algumas fragilidades estruturais, entre elas as imensas desigualdades sociais existentes principalmente em países em desenvolvimento, portanto desafia a sociedade em seus diferentes aspectos.

No entanto, Pereira, Pereira e Calgaro (2020) afirmam que no Brasil a situação sócio-política é crítica porque podemos evidenciar imensos abismos sociais muito mais acentuados em algumas regiões brasileiras. E isso revela as desigualdades em todos os contextos, inclusive no cenário educacional. Ao avaliar a educação brasileira, sob esta perspectiva, constatamos que ela apenas reflete os imensos desafios enfrentados por uma sociedade desigual.

Magalhães (2020) destaca que o Brasil enveredou para o caminho do ERE, desta forma deixou aparentes as desigualdades histórica e estrutural, que marcam a nossa sociedade, com ênfase ao acesso à educação, preconizado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) como um direito de todos e tendo como um de seus princípios “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, dados que coadunam com Saviani e Galvão (2021).

No entanto, efetivar a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola por meio do ERE passou a ser utópico, dados os desafios apontados acima. Para Saviani e Galvão,

No “ensino” remoto, ficamos com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo. Em contrapartida, temos muitas tarefas. Do lado dos alunos, estes supostamente passam a ser “autônomos” e vão em busca do próprio conhecimento, assoberbados com multiplicação de leituras, vídeos, podcasts, webinários, etc. (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 42)

Nesse sentido, os estudantes precisavam ter maior autonomia, no sentido de enfrentar os desafios impostos pela pandemia, e isso também afetou significativamente os professores, que viram sua profissão ser desconfigurada. Sem formação adequada e em um curto espaço de tempo eles precisaram aprender um “novo” modo de ensinar.

A pandemia afetou estudantes e professores de tal modo que todos estavam sofrendo modificações e interrupções em suas vidas durante o período de isolamento social. Portanto, é preciso compreensão de ambos os lados, pois todos passaram por momentos atípicos e de adaptação (RONDINI, PEDRO e DUARTE, 2020). Percebe-se, assim, que a pandemia impactou professores, estudantes e famílias em suas expectativas diante da educação.

Freire (2002) destaca que a escola precisa ser acima de tudo um meio capaz de denunciar a situação desumanizante a que muitos são submetidos e propor a possibilidade de questionar e modificar a realidade. Ainda de acordo com Freire (2002, p. 43), “Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante”. Como foi visto no período pandêmico, estudantes de diferentes contextos sociais tiveram diferentes oportunidades de acesso à educação.

Diante da afirmação de Freire (2002), cabe uma reflexão voltada para o momento crítico que vivenciamos devido à pandemia, fator que escancarou os imensos abismos sociais que a sociedade brasileira atravessa há décadas, evidenciados na educação por meio da dificuldade de acesso devido a reconfiguração da escola, ocasionada pelo ensino emergencial ofertado de forma remota, que excluiu os que mais precisavam da escola. O ensino remoto adota recursos das tecnologias digitais para mediar a educação diante da necessidade de manter o isolamento social, porém nem todos possuem esses recursos, como mencionam Saviani e Galvão (2021).

O ensino remoto foi uma oportunidade que possibilitou a continuação do ano letivo, mas ao mesmo tempo trouxe imensas angústias aos envolvidos, principalmente aos professores, dadas as dificuldades oriundas do desconhecimento em explorar as potencialidades dos inúmeros recursos disponíveis, que podem auxiliar a educação inclusive na efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Sobre as tecnologias digitais da informação e comunicação, também conhecidas como TDICs, Miranda e Rocha (2020) destacam que no Brasil

Os problemas vão desde a ausência de políticas voltadas ao uso das tecnologias móveis nas escolas e instituições de ensino, passando pela cultura do uso de TICs com dispositivos fixos, e até ausência, mesmo em tecnologias fixas, de uso de políticas de desenvolvimento na área. A conclusão é de que há um atraso em todos os quatro estágios de desenvolvimento de uso das tecnologias móveis: emergência, aplicação, integração e transformação (MIRANDA e ROCHA, 2020, p. 110).

Desta forma, como ressaltaram Miranda e Rocha (2020), temos vários desafios postos, frente a oferta da educação por meio do uso das TDICs, que se sobrepõem a desafios anteriores ao ensino remoto, entre eles a ausência de material didático produzido e voltado para o ensino remoto, a dificuldade dos professores em utilizar os equipamentos tecnológicos necessários, a compreensão das famílias diante do novo formato de ensino e o envolvimento do estudante frente a essa realidade.

A fala dos autores caminha na direção do que nos apontou Demo (2014), quando argumenta que as novas tecnologias podem nos trazer oportunidades ainda mais ampliadas para a educação, entretanto estão acompanhadas de enormes riscos e desacertos, por isso elas devem adentrar a educação com planejamento, formação, materiais e metodologia adequada, o que não aconteceu.

Temos então um cenário desolador, onde educadores de todo o país procuraram meios de adaptar-se às novas condições de trabalho. Médici e Rocha (2021) apontam que a visão negativa dos professores, diante da necessidade de uso dos recursos tecnológicos como ferramenta na mediação educacional, se dá devido ao desconhecimento destes, o que dificultou o uso de tais ferramentas e extrair delas toda sua potencialidade para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Para Silva, Santos e Rocha (2021) “A oferta de uma educação mediada pela tecnologia sempre enfrentou barreiras, principalmente pautadas na desinformação e falta de preparo dos docentes”, o que demonstra uma lacuna frente a formação continuada dos professores voltada a explorar este vasto campo de possibilidades que permitem ampliar a interação e reduzir as barreiras temporais e geográficas por meio do uso das TDICs na educação.

Para além das dificuldades retratadas pelos professores, existem as angústias das famílias e dos estudantes devido à dificuldade de acesso, pois

[...] mais de 4,5 milhões de brasileiros sem acesso à internet banda larga e mais de 50% dos domicílios da área rural não possuem acesso à internet. Em uma realidade em que 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador” (ANDES-SN, 2020, p. 14).

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (2019) afirma que o acesso às TDICs não se difunde de forma homogênea no território brasileiro. Por isso, temos uma parcela significativa de estudantes sem a oportunidade de acesso, fato que se constitui em barreiras impeditivas para darem sequência aos estudos. Chagas (2020), sobre a inclusão digital, aponta que:

[...] 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de Covid-19, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet (CHAGAS, s.p, 2020).

Os dados atuais do censo convergem com o que foi apresentado pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística - IBGE (2018) nos apontou que o país tinha um contingente de excluídos digitais totalizando 45,960 milhões de pessoas, cerca de 25% de toda a população. Ao confrontar com os dados das pesquisas podemos concluir que não houve mudanças significativas no sentido de reduzir o número de excluídos digitais, mesmo sendo o único meio de acesso à educação.

Como podemos perceber, segundo os dados do IBGE (2018), as dificuldades de acesso se dão por diversos fatores, entre eles podemos destacar a falta de acesso aos recursos tecnológicos para a ambientalização do local de estudo em casa devido às condições de moradia, má qualidade do sinal de internet, principalmente no interior no país. Além disso a dificuldade de organização das famílias em oferecer condições básicas de acesso a seus filhos, e ainda, diante da crise muitos estudantes se evadiram da escola para ajudar economicamente em casa e com o fechamento de creches fez com que muitos estudantes deixassem de estudar para cuidar dos irmãos menores.

Nesse sentido, percebe-se que os desafios retratados para a efetivação do ensino durante o período pandêmico, atingem diretamente as famílias, pois em alguns casos pais ou responsáveis estão impossibilitados de oferecer condições mínimas para o filho dar continuidade aos estudos. Muitas vezes, por apresentarem baixa escolaridade, não possuem condições de auxiliar os filhos nas tarefas escolares, e até mesmo de oferecer condições de acesso, como a aquisição de equipamentos necessários para possibilitar o acesso às aulas, um smartphone, notebook ou similares (SAVIANI e GALVÃO, 2021).

Os estudantes que têm acesso relatam dificuldades em se adaptar à nova forma de aprender. O que se agrava no ensino médio, principalmente para os concluintes, são os desafios e a falta de perspectiva quanto a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Médici, Tatto e Leão (2021) destacam que esses empecilhos podem afetar diretamente a rotina de estudo, o que pode acarretar evasão escolar ou desistência dos estudos. Este fenômeno observado evidenciou-se no baixo índice de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM no ano de 2021.

Uma reflexão precisa ser feita na atual conjuntura: onde e como estarão esses estudantes daqui a uma década? Em face da ampliação das políticas neoliberais, temos visto que a precarização do trabalho avança a passos largos, como afirma Antunes (2000). O autor ressalta que a divisão da classe trabalhadora ao longo do tempo cada vez mais especializada, faz com que aquele que teve menos acesso à educação fique relegado ao exercício de atividades mal remuneradas, assim, se consolida a estratificação social diante da precarização do trabalho.

As palavras de Antunes (2000) ressaltam que é necessário observar que a ruptura do estudante com a escola, neste momento, pode ocasionar uma subdivisão no mercado de trabalho de caráter discriminatório. Lembrando que, o estudante de hoje é o trabalhador de amanhã. Na mesma perspectiva, Miguel (2018) aponta que

Já se sabe o que não se quer, já se sabe contra o que se luta. A sociedade futura é produto dessa luta e se desenha em seu curso, não com antecedência a ela. Se intelectuais projetam modelos de sociedade futura, como de fato projetam, sua capacidade de organizar o movimento de transformação da realidade depende da ressonância que encontram nas ações de resistência dos grupos dominados (MIGUEL, 2018, p. 222).

Neste sentido, é preciso estruturar a escola de uma forma que a pandemia não estenda seus efeitos a grupos historicamente oprimidos, portanto, é papel do Estado assegurar as condições de igualdade no sentido de oportunizar a formação integral do sujeito em face aos entraves sociais impostos pela pandemia.

Cabendo à escola e todos os envolvidos promover um levante no sentido de não permitir que a crise sanitária que se expressa pela pandemia no mundo, e de forma avassaladora no Brasil, se consolide como um recurso do capital em uma relação social irracional e destrutiva. Isso só será possível por meio de reflexões que promovam educação de qualidade e acesso a todos.

Materiais e Métodos

A coleta dos dados foi realizada em Vila Rica/MT, município que fica distante 1.300 Km, aproximadamente, da capital Cuiabá/MT. Sua realização ocorreu no segundo semestre de 2020. O público envolvido foi constituído por 182 estudantes do 6º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, e também 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA), turmas devidamente matriculadas na respectiva escola em todos os turnos, sendo 124 estudantes do ensino fundamental, 42 do ensino médio e 16 participantes da educação de jovens e adultos (EJA). Os estudantes investigados estão na faixa etária a partir de 11 anos de idade.

Um formulário foi produzido através da plataforma online Google forms, elaborado com 11 perguntas de múltipla escolha. E foi enviado aos estudantes por meio de um link no aplicativo de mensagens WhatsApp para todas as turmas. A escola possuía 953 estudantes matriculados no período da pesquisa, no entanto apenas 182 responderam ao formulário. Este número contempla o quantitativo de estudantes que tiveram acesso às aulas de forma síncrona durante a realização da pesquisa, e a coleta dos dados foi realizada no período do dia três (03) a vinte e dois (22) de agosto de 2020.

Após a apresentação do objetivo da pesquisa, a gestão da escola autorizou a realização. Vale ressaltar que todos os pais dos estudantes aceitaram e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido para que seus filhos participassem da pesquisa. Destacamos ainda que não houve prejuízo quanto às atividades escolares para quem participou da pesquisa.

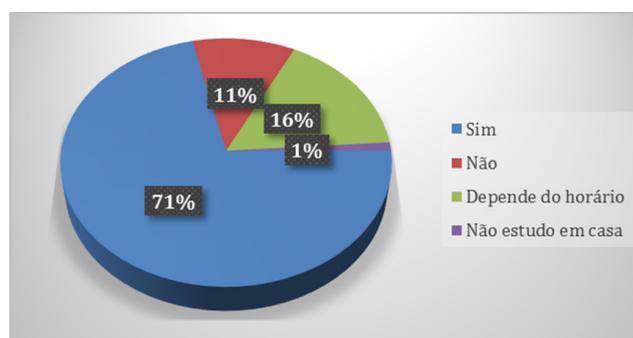
O trabalho teve o intuito de investigar os estudantes em relação a suas percepções sobre o ensino remoto. Acreditamos que ouvir a opinião dos estudantes auxilia na elaboração de um projeto político pedagógico mais democrático, já que este deve ser voltado para as demandas emergentes da sociedade. E deste modo, proporcionar aos estudantes uma educação crítica.

Ressaltamos que devido ao fato de ter sido utilizado o formulário com perguntas de múltiplas escolhas, subentende-se que a categorização foi preestabelecida, considerando que os resultados coletados foram tabulados e analisados sob a luz do referencial teórico.

Resultados e discussões

Esta pesquisa teve como foco principal a percepção dos estudantes frente aos desafios impostos pela pandemia na educação. Em um primeiro momento foi questionado sobre as condições de estudo no ambiente doméstico, a fim de investigar a possibilidade de estudar no ambiente domiciliar. As respostas obtidas foram representadas na figura 1.

Figura 1. Possibilidade de estudar em casa



Fonte: Autoria própria (2020).

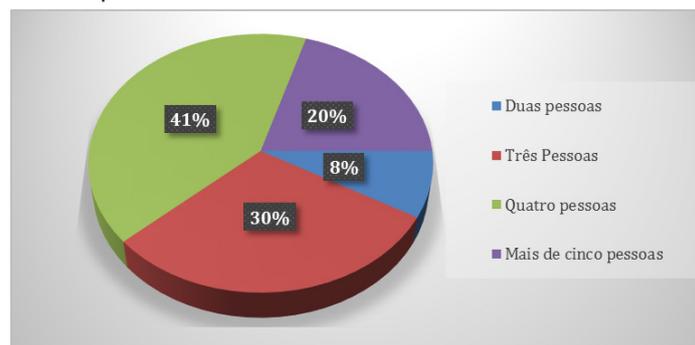
Os resultados contidos nas respostas dos estudantes revelam as desigualdades acerca da possibilidade de estudar em casa. Temos um percentual de 71% que responderam ter condições de estudar em casa. Enquanto 11% afirmam não ter condições de estudar em casa; já 16% responderam que, dependendo do horário, é possível estudar em casa, no entanto, 1% dos entrevistados responderam que não possuem o hábito de estudar em casa.

Importante ressaltar que foram investigados apenas estudantes que conseguiram acessar o formulário, ou seja, apenas aqueles que possuem acesso à internet participaram da pesquisa, e mesmo dentre estes 27% alegam dificuldade para estudar em casa, pois compreendem que estudar a distância apresenta inúmeros desafios para além de acompanhar as aulas de forma remota.

Os dados acima apontam a importância das palavras de Freire (2002), que ressalta a importância da escola se contrapor a projetos hegemônicos que segregam e reproduzem ideologias dominantes, com vistas a fortalecer a democracia por meio da educação básica.

No intuito de conhecer a realidade do estudante foi questionado sobre o número de pessoas que residem em sua residência, as respostas coletadas estruturam a figura 2.

Figura 2. Quantas pessoas residem na mesma casa

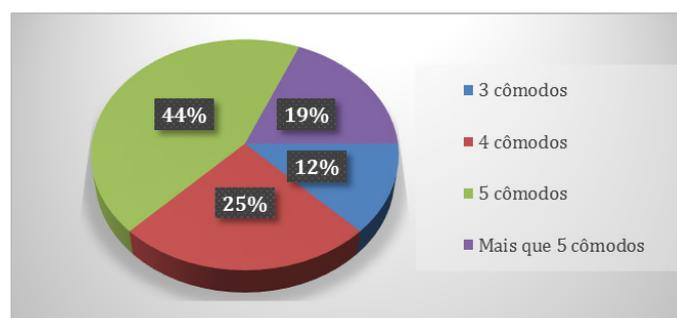


Fonte: Autoria própria (2020).

As respostas indicaram que muitas vezes a ambientação das aulas passa a ser difícil, considerando o espaço e o número de pessoas que residem na mesma casa, ocasionando interferências do ambiente doméstico à rotina de estudo. As respostas dadas apontam que 8% moram com 2 pessoas, enquanto 30% dividem a casa com 3 pessoas; um total de 41% reside com 4 pessoas e por fim 21% dividem o espaço com mais de 5 pessoas.

Nesse sentido, percebe-se que as condições de acesso não são as mesmas para todos os estudantes, pois em um ambiente compartilhado com diversas pessoas é, muitas vezes, difícil conciliar a rotina de estudo. O ato de estudar requer concentração e nem sempre o ambiente doméstico possibilita que o estudante possa ter rendimento nos estudos. Saviani e Galvão (2021) apontam que não basta implantar o ensino remoto como forma de acesso à educação. Para os autores, é necessário prover as residências, para que elas apresentem condições básicas de manutenção a continuação do ensino. Os autores mencionam, também, itens como merenda escolar, produtos de higiene e água tratada como requisitos fundamentais para que o ensino seja sequenciado em um ambiente residencial. Outro questionamento feito foi acerca do número de cômodos que possui a residência dos participantes da pesquisa. As respostas foram ilustradas na figura 3:

Figura 3. O número de cômodos existentes na residência dos estudantes



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos dados da pesquisa (2020).

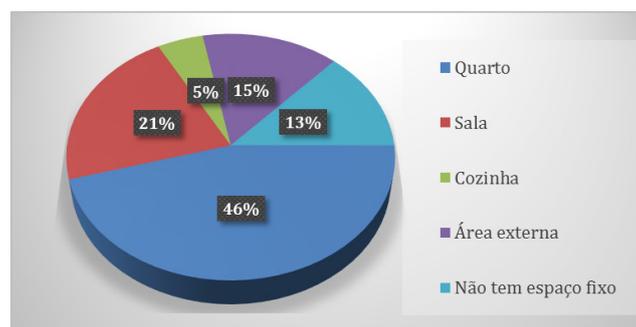
Um total de 12% moram em uma casa com três (03) cômodos, enquanto 25% afirmam que sua residência possui quatro (04) cômodos; já 44%, a maioria, portanto, diz que sua casa possui cinco (05) cômodos; e apenas ¼ dos entrevistados, ou seja, 25% moram em residência com mais de cinco (05) cômodos.

Dados como o tamanho da residência, para quem está na condição de ensino promovido de forma emergencial, são relevantes, pois a falta de espaço adequado para ambientalização do estudo pode acarretar prejuízos para os estudantes que porventura precisam dividir o espaço com muitas pessoas, inclusive o de conciliar os estudos com a rotina familiar, o que faz com que haja perda de foco nos estudos e, assim, causando prejuízo.

Evidências estas, que coadunam com Frigotto (2021): o autor faz apontamentos pertinentes quanto à romantização do ensino remoto e o uso da tecnologia, por meio da ideia de que a tecnologia estaria ao alcance de todos, porém, o que vimos foi mais exclusão que inclusão, aqueles que apresentavam dificuldade em estudar continuaram a enfrentar desafios agora maiores, como a organização de um espaço adequado para estudar em uma casa, que muitas vezes apresenta condições precárias, isso ressalta que as oportunidades não são iguais diante da pandemia, sendo assim, é importante desnudar esta realidade à luz dos fatos.

Para revelar a dimensão dos desafios enfrentados pelos estudantes participantes da pesquisa, outro questionamento realizado a respeito da ambientalização, versava sobre qual cômodo da casa era destinado a realização de seus estudos. As respostas dadas seguem ilustradas na figura 4.

Figura 4. Em qual cômodo da sua casa costuma estudar



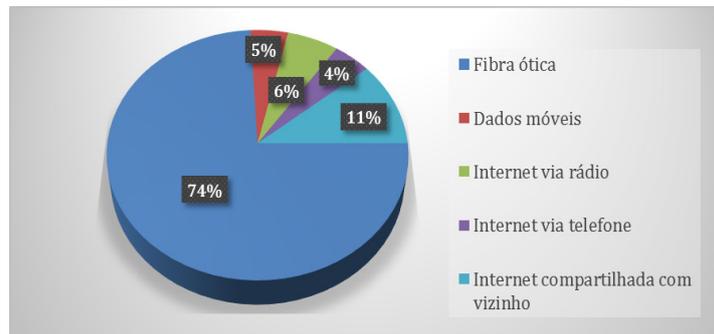
Fonte: Autoria própria (2020).

Observa-se que o estudante deve se esforçar ainda mais para poder estudar em casa. E que a ampla maioria, 46%, consegue estudar no quarto, local teoricamente mais reservado, mas há aqueles, 21%, que precisam se adequar na área externa; 13% dos estudantes precisam se adequar, a cada dia, em um cômodo diferente da casa, enquanto 5% estudam na cozinha; um total de 15% improvisa o espaço de estudo na área externa da casa.

As respostas dadas nos remetem ao fato de que enfrentar a pandemia foi mais difícil para um grupo do que para outro, pois as desigualdades sociais ficaram mais evidentes nesse período, se constituindo em verdadeiros abismos sociais. Como reconfigurar a casa para também ser uma escola? Trazer a discussão para este viés mais uma vez nos revela os desafios que muitos enfrentam.

No intuito de investigar as condições de acesso às aulas por meio do ensino remoto, os participantes da pesquisa foram questionados sobre o acesso à internet em sua casa, e as respostas obtidas podem ser observadas abaixo.

Figura 5. A disponibilidade de acesso à internet



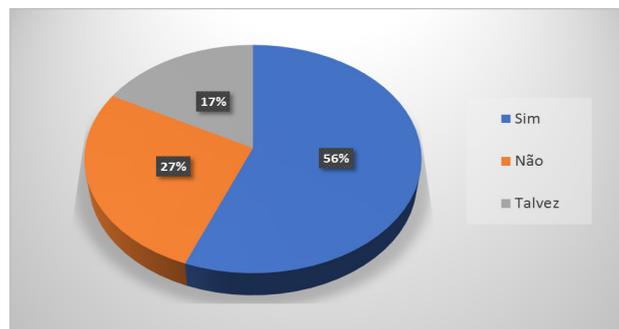
Fonte: Autoria própria (2020).

Este questionamento nos revela que 74% dos estudantes têm acesso à internet por meio da fibra óptica, no entanto 11% responderam que têm acesso à internet compartilhada com o vizinho; 6% responderam que às vezes tem acesso à internet via rádio; 5% acessam as aulas por meio de dados móveis, e por fim, 4% têm acesso à internet via telefone. Os dados apresentados confirmam o que nos aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua – TIC), que cerca de 25% das residências não têm acesso à internet, ou seja, ainda existe um grande número de excluídos digitais, fato que contribui para a segregação da sociedade.

Os dados apontam que a ampla maioria dos investigados têm acesso à internet por fibra óptica, no entanto a educação a distância é uma modalidade que é extremamente exigente, não apenas do ponto de vista de acesso às aulas, mas também da formação pessoal e das condições do estudante. Segundo Médici, Tatto e Leão (2021), os estudantes apontam a ausência de interatividade com professores e colegas como um fator desmotivador para acompanhar as aulas de forma remota.

Os participantes da pesquisa foram questionados quanto ao possível retorno das aulas caso as aulas presenciais voltassem: você retornaria à escola neste período? As respostas podem ser visualizadas na figura 6.

Figura 6. Retorno à escola caso as aulas presenciais fossem retomadas



Fonte: Autoria própria (2020).

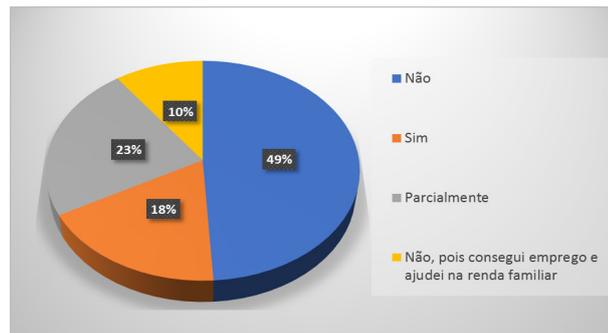
Ao serem indagados sobre o possível retorno em meio à pandemia, 56% responderam que voltariam sim, entretanto 27% responderam que não retornariam à escola em meio a pandemia, enquanto 17% ficaram duvidosos quanto ao retorno. Os dados reforçam o que afirma Vieira e Ricci (2020): a importância de um plano estratégico para amenizar o impacto da pandemia na educação para que os estudantes tenham possibilidade de estudar em casa e ao mesmo tempo preservar sua saúde.

As respostas dadas pelos estudantes denotam que a maioria sentia falta da escola e que mesmo em meio à pandemia retornariam às aulas presenciais, mesmo sabendo do risco iminente

da pandemia, uma vez que a suspensão das aulas seria para preservar a comunidade de uma contaminação em massa da Covid-19. Isso se dá por diversos fatores, e entre eles a dificuldade em aprender a distância, a necessidade do convívio social, enfim a escola é um espaço que propicia a formação integral do sujeito nas diferentes dimensões humanas.

Os estudantes também foram indagados quanto à situação financeira neste período emergencial, se a família foi afetada financeiramente pela crise da pandemia (Covid-19). As respostas obtidas foram apresentadas na figura abaixo.

Figura 7. Situação financeira das famílias dos estudantes durante a pandemia.



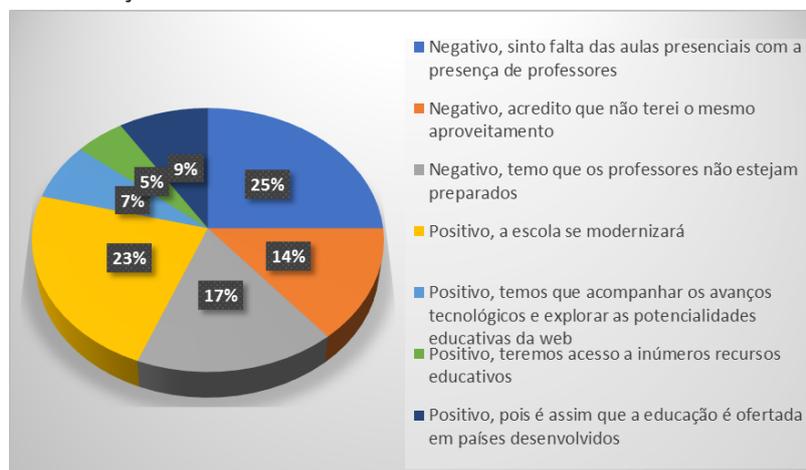
Fonte: Autoria própria (2020).

Quando indagados sobre o impacto da pandemia na condição financeira da família, 49% afirmaram não ter tido nenhuma queda no orçamento familiar, enquanto 18% declararam que houve redução de renda desde o início da pandemia; já 23% dos entrevistados afirmaram que houve redução parcial; outros 10% dos estudantes afirmaram que não houve redução de renda, pois conseguiram emprego e passaram a ajudar na renda familiar.

Os dados da figura 7 vão ao encontro dos apontamentos de Miguel (2018), quando afirma que a sociedade do futuro está sendo delineada agora. Portanto, é preciso projetar uma sociedade alicerçada pela educação de qualidade para que no futuro seja possível construir uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, não há políticas educacionais voltadas para a inserção dos estudantes que abandonaram a escola em busca de contribuir com a renda familiar, logo, esses serão os sujeitos que vão atender à expectativa do mercado se transformando em mão de obra barata, ou ficarão à margem da sociedade inflando os índices de desemprego.

Por fim, os estudantes foram questionados quanto a sua percepção diante da continuidade do ensino mediado TIDCs, e suas respostas foram utilizadas para estruturar a figura 8.

Figura 8. Avaliação dos estudantes sobre o retorno das aulas de forma remota.



Fonte: Autoria própria (2020).

De acordo com os estudantes participantes, 25% avaliam como negativo, pois sentem falta das aulas presenciais com os professores. Enquanto 17% concluem que é negativo, pois acreditam que os professores não estejam preparados para a mudança. Já 14% afirmam que é negativo, pois não terá o mesmo aproveitamento; outros 23% afirmaram ser positivo, pois desta forma a escola se moderniza, e seguindo a mesma direção 7% destacam que é positivo, uma vez que é importante acompanhar os avanços tecnológicos e explorar as potencialidades educativas da internet; também seguindo a mesma linha, 5% afirmam que é positiva, pois será possível acessar inúmeros recursos educativos; e 9% destacam que é assim que a educação é ofertada em países desenvolvidos.

Vemos que os estudantes sentem falta da escola, contudo um grande número avalia de forma positiva a oferta do ensino remoto. Dentre as respostas que apontam como positivo está evidenciada a possibilidade de modernização da educação diante dos inúmeros recursos, como destacam Miranda e Rocha (2020), ou seja, existem inúmeras ferramentas pedagógicas na web que podem contribuir com os processos de ensino e aprendizagem, portanto, é preciso que haja uma efetivação do uso destes recursos de forma planejada e iniciar-se pela construção de políticas públicas voltadas a intensificar o uso da tecnologia na educação básica.

Desta forma, temos estudantes que afirmam que por meio do ensino remoto estão distantes das “amarras” que a escola representa, ou seja, anseiam por autonomia, a fim de construir o próprio itinerário educativo, não considerando o sistema como um todo. A realidade é que a desigualdade social influencia significativamente os resultados em relação à efetividade da aprendizagem.

Considerações Finais

O presente estudo evidenciou uma sociedade em crise política, social e econômica, e lançando um olhar para o sistema educacional, observamos que com o evento pandêmico as escolas necessitam reinventar-se para suprir as tensões que emergiram a partir do distanciamento social ocasionado pela pandemia. Observou-se um processo de disputa, em que um grupo de estudantes tem acesso à educação por meio do uso das TDICs, enquanto outro grupo está excluído do sistema devido às dificuldades de acesso, que pode se dar por vários fatores, entre eles: falta de recursos financeiros, desmotivação, falta de apoio da família e até mesmo por ter que optar entre prosseguir os estudos ou trabalhar para contribuir com a renda familiar.

Deste modo, a sociedade é delineada em torno da desigualdade, pois alguns segmentos sociais elitizados dependem da mão de obra prestada pelas classes menos favorecidas enquanto outros lutam pela sobrevivência, assim temos uma sociedade desigual exposta diante de todos.

O estudo evidenciou que as condições de acesso são desiguais, os contingentes educacionais, nas classes mais baixas, são grandes e clamam por seus espaços. Portanto, não se trata de ser contra o uso de tecnologias no espaço escolar e sim de inseri-las de forma estratégica para que elas auxiliem na melhoria da qualidade do ensino. A adoção das TDICs como mediação pedagógica e como meio capaz de dar continuidade ao ensino precisa ser repensada pela sociedade, no sentido de construir meios legais, bem como oferecer a estrutura necessária para alicerçá-la como um meio de apoiar o sistema educacional brasileiro.

Assim, apontamos que a luta está em torno da igualdade de acesso à tecnologia, como meio e não como fim. Pois o uso de tecnologias na educação possibilita ampliar as potencialidades da educação, por isso não deve ser usada apenas de improviso ou socorro paliativo, como vivenciamos agora, especialmente nas escolas públicas.

Referências

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior . **Projeto do capital para a educação**: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. Cartilha. Brasília, 2020. v. 4. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto. Acesso em: 20 jan. 2022

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal - La Ciudadania Negada**.

Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 mar. 2020. Ed: 204. Seção 1, p. 17. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 29 ago. 2020.

CHAGAS, Elisa. Quase 20 milhões de alunos deixaram de ter aulas durante pandemia. **Senado Notícias**, Brasília, ago. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/12/datasenado-quase-20-milhoes-de-alunos-deixaram-de-ter-aulas-durante-pandemia>. Acesso em: 10 jan. 2022.

COMITÊ GESTOR da INTERNET no BRASIL – CGI.BR. **Desigualdades digitais no espaço urbano [livro eletrônico]**: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo/ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023

DEMO, Pedro. Educação científica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, v. 1, n. 1, p. 02-22, 2014. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/10>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pandemia, mercantilização da educação e resistências populares. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 13, n. 1, p. 636-652, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44442/24642>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GALO, Rodrigo e MATTIOLLI, Thiago. Cooperação internacional versus soberania: os desafios impostos pela pandemia para o sistema internacional. In: CASTRO, Daniel; DAL SENO, Danillo; POCHMANN, Marcio (Org.). **Capitalismo e a Covid-19**. São Paulo: 2020. v. 1, p. 1-268.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua - TIC) de 2018**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de Covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 26 maio 2020. Disponível em <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/pandemia-ciencia-e-sociedade-a-Covid-19-no-parana/>. Acesso em: 27 maio 2020.

MÉDICI, Mônica Strege; ROCHA, José Damião Trindade. O Ensino Remoto em Meio a Pandemia do Covid-19: Apontamentos de Alunos da Educação Básica Matogrossense. **Anais da 3ª Reunião Científica Regional Norte da ANPED (2021)**. ISSN: 2595-7945. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/21/8678-texto_proposta_completo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

MÉDICI, Mônica Strege; TATTO, Everson Rodrigo; LEÃO, Marcelo Franco. Percepções de estudantes

do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, p. 136-155, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1837/1542>. Acesso em: 21 jan. 2022.

MIRANDA, José Fernando Bezerra e ROCHA, José Damião Trindade. Cibercultura e Mobilidade: a Utilização de Smartphones em Sala de Aula. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v.7, n.9, p. 104-120, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. **Dominação e Resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe, PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe; CALGARO, Cleide. Covid-19, causada pelo coronavírus: palavras sobre uma pandemia anunciada. In: Organização SOBRINHO, Liton Lanes Pilau, CALGARO, Cleide e ROCHA, Leonel Severo. **Covid-19 e seus paradoxos**, Itajaí: UNIVALI, 2020. p. 29-42. Disponível em <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/>. Acesso em: 10 ago 2020.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Revista Interfaces Científicas – Educação**, v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ROSA, Rosane Teresinha Nascimento da. Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Coronavírus -o Covid-191. **Revista Científica Schola**, Santa Maria, v. VI, n.1, jul. 2020. Disponível em: [http://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%201%202020%20\(Rosane%20Rosa\).pdf](http://www.cmsm.eb.mil.br/images/CMSM/revista_schola_2020/Editorial%201%202020%20(Rosane%20Rosa).pdf). Acesso em: 22 ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana. Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade e Sociedade**, São Paulo, n. 67, p. 36-49, jan./2021. Disponível em: <https://www.sintese.org.br/download/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto/>. Acesso em: 13 jan, 2022.

SILVA, Gleyton de Moura Ferreira, SANTOS, Jocyleia; ROCHA, Damião. História oral: consequências do ensino remoto na atuação de professores. **Revista Devir Educação**, Lavras, vol.5, n. 2, p. 249-266, jul./dez., 2021. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/495/313>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra - PT: Edições Almedina, 2020.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação**. Migração, deslocamento e educação: construir pontes, não muros. 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265996_por. Acesso em: 01 jul. 2020.

MATO-GROSSO. UNDIME. União dos Dirigentes Municipais de Educação. **Ofício 068/UNDIME-MT 2021**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131432>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VIEIRA, Letícia e RICCI, Maike C. C. A Educação Em Tempos De Pandemia: Soluções Emergenciais Pelo Mundo. **OEMESC - Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina**, Santa Catarina, abril/2020. Disponível em: <http://www.udesc.br/ensinomedioemsc>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Recebido em 20 de janeiro de 2022.
Aceito em 19 de dezembro de 2022.